

HUGO DE BRITO MACHADO

***OS PRINCÍPIOS JURÍDICOS
DA TRIBUTAÇÃO
NA CONSTITUIÇÃO DE 1988***

*6ª edição,
revista e atualizada*

 **MALHEIROS
EDITORES**

**OS PRINCÍPIOS JURÍDICOS DA TRIBUTAÇÃO
NA CONSTITUIÇÃO DE 1988**

© HUGO DE BRITO MACHADO

6ª edição: 2019.

*Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br*

Composição: PC Editorial Ltda.

Capa:

Criação: Vânia Amato

Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

07.2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M149p Machado, Hugo de Brito.

Os princípios jurídicos da tributação na Constituição de 1988 / Hugo de Brito Machado. – 6. ed., rev. e atual. – São Paulo : Malheiros, 2019. 184 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-392-0453-3

1. Administração e processo tributário - Brasil. 2. Capacidade contributiva (Direito tributário) - Brasil. 3. Direito constitucional - Brasil. I. Título.

CDU 34:336.2(81)

CDD 343.81042

Índice para catálogo sistemático:

1. Administração e processo tributário : Brasil 34:336.2(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

10022

SUMÁRIO

<i>Prefácio da 6ª edição</i>	9
1. Introdução	11
2. O Princípio e a Norma	19
3. O Princípio da Legalidade	
3.1 <i>Significado e Origem do Princípio</i>	23
3.2 <i>O Princípio da Legalidade Tributária nas Constituições Anteriores</i>	28
3.3 <i>O Princípio da Legalidade Tributária na Vigente Constituição</i>	29
3.4 <i>Sentido da Expressão “Exigir ou Aumentar Tributo”. O Regulamento</i>	30
3.5 <i>Exorbitância do Poder Regulamentar. A Delegação Legislativa</i>	
3.5.1 <i>Os limites do regulamento</i>	38
3.5.2 <i>Delegação legislativa</i>	41
3.6 <i>O Sentido da Palavra “Lei”</i>	42
3.7 <i>As Medidas Provisórias com Força de Lei</i>	44
3.8 <i>Limites à Reedição de Medidas Provisórias</i>	45
3.9 <i>Exceções ao Princípio da Legalidade</i>	49
3.10 <i>Alteração de Alíquotas e Atividade Vinculada</i>	52
3.11 <i>O Princípio da Legalidade e a Norma Geral Antielisão</i>	
3.11.1 <i>O CTN e a norma antielisão</i>	53
3.11.2 <i>A norma geral antielisão</i>	55
3.11.3 <i>Questão terminológica</i>	55
3.11.4 <i>A distinção relevante</i>	56
3.12 <i>Norma Geral Antielisão, Legalidade e Arbitrio</i>	57

6 OS PRINCÍPIOS JURÍDICOS DA TRIBUTAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

3.13	<i>Norma Antielisão, Capacidade Contributiva e Economia</i>	
3.13.1	<i>Norma antielisão como instrumento de princípios</i>	58
3.13.2	<i>Vedação à analogia</i>	59
3.14	<i>A Elisão como Problema do Legislador</i>	
3.14.1	<i>Situação de fato ou situação jurídica</i>	59
3.14.2	<i>Inutilidade ou inconstitucionalidade da norma antielisão</i>	60
4.	<i>O Princípio da Isonomia</i>	
4.1	<i>Distorções do Princípio. Dificuldades</i>	61
4.2	<i>Isonomia e Hipoteticidade das Normas</i>	62
4.3	<i>Os Destinatários do Princípio</i>	63
4.4	<i>Igualdade e Proporcionalidade</i>	64
4.5	<i>A Isonomia Tributária na Constituição de 1988</i>	64
4.6	<i>Critério de Discriminação</i>	67
4.7	<i>Isonomia, Progressividade e Capacidade Contributiva</i>	67
5.	<i>O Princípio da Capacidade Contributiva</i>	
5.1	<i>Consciência Universal do Princípio como Norma de Justiça</i>	71
5.2	<i>Capacidade Contributiva e Obrigação Tributária</i>	72
5.3	<i>Capacidade Contributiva e Irretroatividade</i>	74
5.4	<i>Capacidade Contributiva e Pessoalidade do Imposto</i>	74
5.5	<i>Capacidade Contributiva e Tributos Vinculados</i>	77
5.6	<i>Capacidade Contributiva como Princípio Jurídico e como Princípio de Ciência das Finanças</i>	78
5.7	<i>Capacidade Contributiva e Isonomia</i>	79
5.8	<i>Capacidade Contributiva e Capacidade Econômica</i>	80
5.9	<i>Capacidade Contributiva e Isenções</i>	82
5.10	<i>Isenção Parcial do Imposto de Renda às Empresas Privadas</i>	83
5.11	<i>Capacidade Contributiva e Mínimo Isento</i>	86
5.12	<i>Medida da Capacidade Contributiva</i>	86
5.13	<i>Eficácia do Princípio</i>	89
5.14	<i>A Capacidade Contributiva no Direito Brasileiro</i>	90
5.15	<i>Capacidade Contributiva e Interpretação</i>	93
6.	<i>O Princípio da Anterioridade</i>	
6.1	<i>Distinções Necessárias</i>	95
6.2	<i>Anterioridade e Anualidade</i>	95

6.3	<i>Anterioridade e Irretroatividade</i>	
6.3.1	Distinção essencial	98
6.3.2	Aplicação da norma e previsão de retroatividade	100
6.3.3	Irretroatividade e declaração de inconstitucionalidade	100
6.4	<i>Anualidade e a Jurisprudência do STF. Nossa Sugestão à Constituinte</i>	103
6.5	<i>Anterioridade na Constituição de 1988. A Questão do Imposto sobre a Renda</i>	104
6.6	<i>Exceções ao Princípio da Anterioridade</i>	108
6.7	<i>Anterioridade Nonagesimal e a Emenda Constitucional 42</i> ..	111
6.8	<i>Anterioridade e Norma Favorável ao Contribuinte</i>	112
7.	<i>O Princípio da Vedação do Confisco</i>	
7.1	<i>Tributo com Efeito de Confisco</i>	113
7.2	<i>Imposto Real sobre o Patrimônio</i>	115
7.3	<i>Imposto sobre a Renda e Confisco</i>	116
7.4	<i>Tributo Confiscatório, Direito de Propriedade e Empresa Privada</i>	117
7.5	<i>Proibição Expressa do Tributo Confiscatório</i>	119
7.6	<i>Natureza Confiscatória das Multas</i>	120
8.	<i>O Princípio da Liberdade de Tráfego</i>	127
9.	<i>Outros Princípios</i>	
9.1	<i>Os Princípios Relacionados à Segurança Jurídica</i>	129
9.2	<i>O Princípio da Não Surpresa</i>	129
9.3	<i>O Princípio da Não Cumulatividade</i>	130
9.4	<i>O Princípio da Seletividade</i>	
9.4.1	Conceito e critérios da seletividade	133
9.4.2	Seletividade e não cumulatividade	136
9.4.3	A seletividade e a Emenda Constitucional 29	143
9.5	<i>O Princípio da Progressividade</i>	
9.5.1	Conceito e espécies de progressividade	143
9.5.2	A doutrina brasileira	146
9.5.3	A doutrina estrangeira	148
9.5.4	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	151

8	OS PRINCÍPIOS JURÍDICOS DA TRIBUTAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	
9.5.5	Progressividade e a Emenda 29	153
9.6	<i>As Formas de Progressividade e a Capacidade Contributiva</i>	
9.6.1	Formas de progressividade	153
9.6.2	Progressividade simples e graduada	153
9.6.3	Progressividade Graduada	154
9.6.4	Imposto de Renda sem capacidade contributiva	155
9.6.5	Progressividade simples	157
9.6.6	Consagração da progressividade graduada	159
9.6.7	Outras formas de progressividade	160
9.7	<i>Os Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade</i>	
9.7.1	Reação ao formalismo jurídico	161
9.7.2	Princípio da proporcionalidade	164
9.7.3	Princípio da razoabilidade	166
9.7.4	Distinção entre proporcionalidade e razoabilidade	168
9.8	<i>Os Princípios da Generalidade e da Universalidade</i>	169
10.	Conclusões	171
	Bibliografia	177